Ideologia, política e educação

Cesar Mangolin de Barros

Resumo

- O texto apresenta argumentos sobre a universalização da educação nas formações sociais capitalistas e percorre, por meio de dois autores (Althusser e Bourdieu), teses que atribuem um papel ideológico à educação formal, portanto, de reprodução das relações sociais capitalistas vigentes.

Palavras-chave: educação, sociologia da educação, ideologia, capital cultural e marxismo.

Introdução

Muitas obras são escritas na tentativa de discutir pedagogicamente, ou didaticamente, soluções para os dilemas que a educação formal no Brasil e no mundo vive. Muitos projetos e planos aplicados surgiram e não só não conseguem resolver os principais supostos problemas da educação formal, como estes persistem e outros novos surgem.
Seria, de fato, o caso de buscar soluções para a superação de problemas na educação formal? Ou trata-se de um esforço inútil, visto que não se pode consertar o que funciona perfeitamente?
O objetivo do presente texto não é o de responder a tais questões, mas formular e discorrer sobre outras, que parecem anteriores a essas, exatamente aquelas que procuram compreender os motivos da universalização da educação formal e sua ligação com o advento das sociedades capitalistas e, portanto, o possível importante papel ideológico cumprido pela educação formal na reprodução da ordem burguesa.
Faremos isso com o apoio de contribuições de dois franceses, um sociólogo e outro filósofo da segunda metade do século XX: Pierre Bourdieu e Louis Althusser, que serão precedidos por dois pontos: uma rápida discussão sobre a universalização da educação formal sob formações sociais capitalistas (algo historicamente bastante recente) e, na seqüência, a apresentação de uma sumária definição de ideologia, contraposta a outras definições que lhes são aproximadas.
A intenção, portanto, é a de estabelecer possíveis e necessárias articulações entre ideologia, política e educação, tendo por objetivo abrir o caminho para a reflexão em torno do papel da educação formal na reprodução do modo de produção capitalista e, principalmente, a forma como cumpre esse papel segundo os dois autores.

Capitalismo e educação

Por que a educação formal (escolar) e universal tornou-se fundamental para as sociedades capitalistas?
É necessário ressaltar que foi somente nas décadas finais do século XIX que países do centro do capitalismo mundial passaram a construir de fato a universalidade da educação, mediante sistemas nacionais de ensino unificados e legislação própria. Como bom exemplo, basta ler as observações de Marx no capítulo XIII do primeiro livro de "O Capital" sobre o estado da educação formal na Inglaterra, então principal e mais desenvolvido país capitalista do mundo, em meados do século XIX (MARX, 1988). Também no Brasil, a preocupação com tal construção se dá após a Revolução de 1930, mas vai se consolidando através das décadas seguintes, num processo mais ou menos

longo, variando de região para região, mas numa ordem precisa: das mais industrializadas às menos; da cidade para o campo, ficando evidente também sua ligação estreita com o processo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Claro que o desenrolar da longa transição do modo de produção feudal ao capitalista na Europa foi acompanhado de um deslocamento de centro do pensamento filosófico do divino ao humano e, ao mesmo tempo, da emergência da razão, como defendida pelos iluministas. Tais eventos poderiam parecer justificar a preocupação, jamais ocorrida antes, da necessidade de abrir a todos os membros da sociedade o acesso ao conhecimento filosófico e científico, principalmente após o surgimento de uma corrente de pensamento fundamental para a ordem capitalista: o liberalismo.

Pode-se afirmar que o liberalismo é a mais pura expressão teórica do mundo capitalista, muito presente até os dias atuais, determinando também sua estrutura jurídico-política e ideológica: as instituições estatais, o conjunto de leis, as determinadas representações da sociedade etc.

Ainda que haja divergência entre os diversos pensadores liberais do século XVIII sobre a universalização da educação formal[1], ela assume daí por diante um papel importante, primeiro na teoria e, nas últimas décadas do século XIX, na prática, nos países centrais.

Podemos sintetizar a percepção dos liberais sobre os objetivos da educação formal, sempre considerando as divergências entre eles, da seguinte forma: a sociedade burguesa que nascia sobre os entulhos da sociedade feudal estava baseada na igualdade (formal, jurídica – todo indivíduo é igual perante a lei) dos indivíduos, todos livres (do trabalho compulsório e também livres individualmente) e com direito a oportunidades iguais de exercício dessa liberdade. As desigualdades herdadas da sociedade anterior, porém, deviam ser sanadas e para tal a escola poderia cumprir um grande papel: permitir a equalização de oportunidades, ou seja, todos os indivíduos, independentemente de suas origens sociais, passariam na escola por um processo de desenvolvimento e reconhecimento de aptidões próprias, que colocaria a todos em iguais condições de exercer sua plena liberdade da maneira que lhes aprouvessem. O "sucesso" ou "fracasso" de cada qual se deveria às opções pessoais e não a problemas macro-estruturais.

O papel da escola, então, passa a ser fundamental na construção de uma sociedade aberta, ou seja, não uma sociedade igualitária socialmente, mas uma sociedade que mantém as diferenças sociais, porém dá a todos os indivíduos condições iguais de desenvolvimento e permite a mobilidade social.

Já no início do século XX, outros pensadores liberais vão perceber que a escola não cumpria devidamente seu papel, persistindo na manutenção dos privilégios de determinados grupos mais abastados. O movimento escolanovista, composto por grandes representantes no Brasil, como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, faz parte dessa nova abordagem, que visa apenas fazer com que a escola cumpra seu papel social, agora principalmente o de permitir a cada indivíduo o descobrimento de seu próprio "lugar" na sociedade.

John Dewey, representante dessa corrente do começo do século XX, afirmava: "a escola regula a distribuição social. Daí não ser a educação mais do que um esforço para redistribuir os homens pelas diversas ocupações e meios de vida em que se repartem as atividades humanas" (DEWEY, 1959, p. 24).

Encurtando a história, a quantidade enorme de produções sobre as possíveis soluções para os problemas da educação formal parecem partir do pressuposto de que ela teria

[1] Para uma análise comparativa dos diversos pensadores liberais do século XVIII e suas respectivas posições sobre a educação, ver a parte inicial do livro de Luiz Antonio Cunha (1977), citado na bibliografia.

um papel a cumprir em benefício dos indivíduos e que o não cumprimento de sua suposta missão justificava, portanto, sua remodelação, ainda que se deva considerar que a diversidade dessas produções é bastante grande, indo desde propostas mais conservadoras até teorias de uma escola geradora de contradições dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, auxiliando a luta revolucionária, como apontava Antonio Gramsci.
Destoando dessa tendência é que surgem pensadores na década de 1960 que apontarão para outro lado do debate: o papel da escola seria, no final das contas, o de poderoso instrumento de manutenção e reprodução da ordem capitalista. E cumpria muito bem esse papel...

Ideologia, política e educação

Uma definição sumária para ideologia

Antes de passar às contribuições dos dois autores mencionados, cabe buscar uma definição para ideologia, fundamental para a sua correta articulação com a política e a educação. Visto existirem diversas definições diferenciadas, o esforço aqui também vai no sentido de fazer, pelo menos, uma alusão a outras concepções aproximadas, com o objetivo de demarcação teórica mais precisa.
Define-se aqui ideologia como uma representação imaginária das próprias relações materiais, ou como uma representação deturpada da própria inserção dos humanos nessas relações (cf. POULANTZAS, 1971; ALTHUSSER, 1983). Deixa-se de lado, portanto, uma concepção bastante presente e *de formas diversas* na obra de alguns pensadores marxistas, de uma contraposição simples e bipolar entre ideologia burguesa e ideologia proletária, como se problematizará mais adiante.
Segundo Poulantzas,

> a ideologia tem precisamente por função, ao contrário da ciência, ocultar as contradições reais, reconstituir, num plano imaginário, um discurso relativamente coerente que serve de horizonte ao "vivido" dos agentes, moldando as suas representações nas relações reais e inserindo-as na unidade das relações de sua formação (1971, p. 31).

Engels, na carta a Mehring, de 1893, expõe claramente como sua concepção de ideologia prende-se à questão de ela ser desconhecida pelos que estão sob seu efeito:

> A ideologia, com efeito, é um processo que se opera pelo chamado pensador conscientemente, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças propulsoras que o movem permanecem ignoradas para ele. De outra forma, não seria tal processo ideológico (ENGELS, 1974, p. 523).

Ora, não sendo a ideologia reconhecível pelos que estão sob seu efeito, como empreender teoricamente tal contraposição simples? Devemos dar especial atenção a esse seu aspecto fundamental: oa de não ser reconhecida como tal, não ser reconhecida como uma representação deturpada das próprias relações sociais, o que complica a solução simples de se contrapor com uma ideologia proletária a ideologia burguesa, como se a ideologia fosse própria de uma classe e não da sociedade.
Na obra de Marx e Engels posterior a 1845, na qual se introduz o conceito de ideologia, podem-se encontrar evidências que corroboram essa definição, ainda que sua conceituação seja diferenciada ao longo da produção teórica dos fundadores do

materialismo histórico. Na "Ideologia Alemã", de 1846, Marx e Engels afirmam que "a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real" e ainda que "não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência" (ENGELS, MARX, 1975, p. 25-26).

São, portanto, as próprias relações materiais que produzem as ideologias que, ocultando as contradições, auxiliam na reprodução de um modo de produção e, portanto, à classe dominante. Já em "O Capital", particularmente no capítulo que trata do fetichismo da mercadoria, pode-se encontrar a expressão de que a ideologia nasce das próprias condições de vida material, porém, diferentemente de "A ideologia alemã", a ideologia não é apenas uma representação na consciência de uma deturpação do real, mas é a própria realidade que se apresenta invertida. A questão aqui já não é a de perceber a realidade como ela realmente é, mas se torna necessário um estudo sistemático da realidade, por meio da ciência da história, para apreender as razões e os efeitos dessa inversão (MARX, 1988, p. 70-78).

Não sendo a ideologia algo consciente, ela tampouco pode ser um *discurso embusteiro* por parte da burguesia, muito menos um *discurso revolucionário*, por parte dos marxistas. Portanto, o tratamento bipolar da questão da ideologia, como mencionado acima, parece vulgarizar o tema. Por tratamento bipolar da ideologia entende-se aqui, insiste-se, a contraposição simples de ideologia burguesa e ideologia proletária.

Lênin mesmo acaba por tratar a ideologia nesse esquema simplificado. Em "Que fazer?" pode-se perceber a defesa de que a ideologia da classe dominante deve ser combatida por uma ideologia proletária e o tratamento da ideologia como sendo a consciência política de uma classe (LÊNIN, 1982, p. 79-214).

Antes de Lênin, a ideologia já havia perdido o caráter "negativo" contido na obra de Marx por intermédio de autores marxistas ligados à II Internacional, que iniciaram o tratamento da ideologia como sendo um conjunto de ideias de uma classe, assim como Bernstein definia o próprio marxismo como uma ideologia.

Georg Lukács também acaba por defender essa contraposição simples de ideologia burguesa e proletária e inclusive trata como sendo o próprio marxismo a ideologia do proletariado em ação por seus interesses históricos de classe (LUKÁCS, 1974: p. 59-96 e 97-232).

Antonio Gramsci, que amplia a noção de ideologia no sentido de identificar determinados aparelhos de produção ou reprodução ideológica e a liga à questão da hegemonia, não rompeu com a forma bipolar da ideologia ao tratá-la como uma visão ou concepção de mundo, presente e própria de cada classe, sendo o marxismo a expressão dessa concepção de mundo ou de ideologia própria do proletariado (GRAMSCI, 1991; 1995; 1999, vol. 1).

Porém, a ideologia dominante interfere na ação política do proletariado, como observam Engels e Kautsky num texto que denuncia a presença da ideologia jurídico-política dominante nas formações capitalistas nos programas das organizações socialistas. Os dois autores afirmam nesse texto que mesmo no período de luta contra a ordem capitalista, mas também na fase de transição ao socialismo, a organização revolucionária pode confundir a construção socialista com mudanças no plano jurídico-político, ou com medidas que visam, juridicamente, a alterações que permitam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (cf. ENGELS; KAUTSKY, 1991).

A articulação entre a ideologia jurídico-política burguesa derivada das relações reais de produção com a estrutura econômica é fundamental para a garantia da reprodução das relações sociais, elemento central da reprodução do modo de produção capitalista (BALIBAR, 1980, p. 232).

Segundo Poulantzas,

> o papel político da ideologia dominante burguesa, dominada pela região jurídico-política, consiste no fato de tentar impor ao conjunto da sociedade um "modo de vida" através do qual o Estado será vivido como representante do "interesse geral" da sociedade, como detentor das chaves do universal, face a indivíduos privados (1971, p. 39).

Sintetizando, para que uma classe alcance tornar-se politicamente dominante não é necessário apenas seu potencial de violência direta. Uma classe somente se torna dominante quando ela consegue fazer com que seus interesses particulares pareçam, aos olhos das demais classes, como sendo universais (cf. ENGELS, MARX, 1975). Além disso, é necessário ainda que a própria classe dominante acredite piamente em suas próprias representações (cf. ENGELS, 1974). A ideologia, portanto, não é um discurso embusteiro com a finalidade de enganar as demais classes, mas é uma representação deturpada das próprias relações materiais existentes e da inserção dos indivíduos nessas relações. Não é a representação invertida da realidade, mas a percepção de uma realidade que se apresenta invertida (cf. POULANTZAS, 1968; MARX, 1988, p. 70-78) e tem o grande papel de garantir a manutenção da ordem estabelecida em um dado modo de produção e coesão social.
Os itens seguintes trarão mais elementos sobre a definição e o papel da ideologia numa formação social.
Os dois autores que seguem reconhecerão que determinadas instituições presentes na sociedade são responsáveis pela disseminação da ideologia dominante. Embora haja divergências teóricas de fundo entre os autores, o que os une aqui é um elemento comum: a escola aparece como um desses instrumentos privilegiados.

Pierre Bourdieu e a educação formal como reprodução

O sociólogo Pierre Bourdieu nasceu em 1930 e morreu em 2002, na França.
A obra de Bourdieu mais conhecida do público brasileiro é, sem dúvida, "A reprodução", que foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 1975, escrita em parceria com Jean-Claude Passeron.
Para Bourdieu, a escola exerce a função de reproduzir a sociedade burguesa, ou seja, de manter as mesmas relações sociais, legitimando inclusive as desigualdades sociais.
O papel da escola, segundo Bourdieu, é o de *exibir* a cultura burguesa para um número cada vez maior de membros das classes inferiores, impondo-a como a única legítima, ao mesmo tempo em que se demonstra que ela não lhes pertence, que a ela não terão acesso, como convidados para um banquete que, em lugar de sentarem-se à mesa, ficam ao redor, observando o desempenho e a graça dos que se empanturram.
O trecho citado a seguir é longo, mas fundamental para entender a função da escola nas sociedades burguesas segundo Bourdieu. Aliás, esta citação remete à discussão inicial feita neste texto sobre o pensamento liberal:

> Não podendo invocar o direito do sangue – que sua classe historicamente recusou à aristocracia – nem os direitos da natureza, arma outrora dirigida contra a "distinção nobiliárquica", nem as virtudes ascéticas que permitiam aos empreendedores da primeira geração justificar seu sucesso através de seu mérito, o herdeiro dos privilégios burgueses deve apelar hoje para a certificação escolar que atesta simultaneamente seus dons e seus méritos. A idéia contra a natureza de uma cultura de nascimento supõe e produz a cegueira face às funções da instituição escolar que assegura a rentabilidade do capital e legitima a sua transmissão dissimulando ao mesmo tempo em

> que preenche essa função. Assim, numa sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociodicéia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos, quanto em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse (BOURDIEU, 1982, p. 218).

Ou seja, a escola cumpre a tarefa de dissimular as desigualdades sociais por meio de uma série de violências simbólicas, cujo núcleo principal está na teoria do capital cultural. Ela possui, como dito, uma dupla função: a de fazer com que as classes inferiores reconheçam a cultura da classe dominante como a única legítima e, ao mesmo tempo, marginalizar culturalmente essa mesma classe (cf. SAES, 2007).

- A teoria do capital cultural

Para Bourdieu, ao entrar na escola, os filhos das famílias mais abastadas e os filhos das famílias de trabalhadores são distintos por um processo que integra os primeiros e desloca os segundos.
Isto ocorreria porque a escola adotaria um discurso e uma organização toda voltada para um público com determinado acúmulo de conhecimento prévio, inclusive o da língua tida como culta.
Os filhos das famílias mais abastadas teriam, no período ainda anterior à escolarização formal, acesso a uma quantidade enorme de informações obtidas por meio de viagens, do acesso a eventos culturais, do próprio meio no qual nasceram e pelas pessoas com as quais convivem etc. Tais conhecimentos prévios, que continuam durante a vida escolar, são chamados por Bourdieu de *capital cultural*, ou seja, um investimento que torna a vida destes estudantes mais "tranquila" dentro do aparelho escolar e lhes permite uma longa trajetória educacional.
Os filhos das camadas mais pobres da população, que não possuem a *cultura tomada como única e legítima pela escola*, sofrem as piores dificuldades no processo escolar e tendem a trajetórias educacionais mais curtas.
Longe, portanto, do discurso liberal, a escola é, para Bourdieu, exatamente o instrumento de manutenção das desigualdades sociais.
Os professores, verdadeiros agentes da marginalização das classes mais pobres, ainda que inconscientes, são, para Bourdieu, os representantes das classes médias e promovem

> por meio de práticas pedagógicas de cunho elitista, a valorização relativa dos trabalhadores não-manuais. Essas práticas são recobertas pela ideologia do mérito, que apresenta a escola como um espaço de reconhecimento dos esforços pessoais. Impregnado dessa ideologia, o professor se vê, ele próprio, como detentor de um elevado mérito pessoal, que o credencia para o exercício da profissão docente e como agente do reconhecimento dos méritos pessoais dos alunos (SAES, 2007, p. 112).

- As trajetórias educacionais

Diante do exposto anteriormente, Bourdieu chega a desenhar os caminhos da escolarização que as classes sociais percorrem.
Para ele, tanto a burguesia quanto os trabalhadores optariam por uma trajetória educacional mais ligada à prática, por razões diversas.
Para os filhos dos burgueses interessaria o aprendizado no trabalho do negócio familiar, ou da administração de empresas, aprendizado este que se realizaria "*in loco*" e na prática, não na escola. Para eles, portanto, uma trajetória escolar longa, chegando ao ensino superior e à pós-graduação, seria eventual e, no caso de ocorrer, teria como principal objetivo ampliar a teia de relações sociais entre iguais, do que propriamente o acúmulo de conhecimento, o que faz com que os filhos da burguesia optem, no geral, pelo ensino superior privado.
Já os filhos das camadas mais pobres teriam como objetivo a ocupação imediata para o auxílio na renda da família, ficando a educação escolar relegada a segundo plano nas prioridades familiares, sendo sua trajetória mais longa também eventual. A educação traria também o que Luiz Antonio Cunha chamou de "custos indiretos da educação" (CUNHA, 1977), ou seja, além dos custos diretos (material, uniformes etc.), a família deixaria de obter, por causa do tempo despendido na escola, uma renda proveniente do trabalho desse estudante.
Portanto, a educação teria uma importância muito maior aos setores médios da sociedade[2]. Para eles, a condição de manterem-se como trabalhadores não-manuais se dá por meio da obtenção de certificação escolar, o que não é de todo fundamental para os trabalhadores manuais e para os filhos da burguesia.
Para Bourdieu, portanto, cabe aos setores médios a dominância do sistema educacional, ainda que este sirva para a manutenção e reprodução da ordem burguesa.

Louis Althusser e os aparelhos ideológicos do Estado

Louis Althusser nasceu em 1918, na Argélia, e morreu em 1990, em Paris. Estudou e trabalhou depois (a partir de 1948) na Escola Normal Superior, passando por campos de prisioneiros durante a II Guerra Mundial.
O caminho que Althusser persegue não é diretamente o de um estudo sobre a educação. A preocupação principal do autor é a teoria do Estado marxista e o papel da estrutura ideológica num modo de produção, notadamente, no modo de produção capitalista.
Althusser parte da constatação de que Marx e Lênin teriam tratado o Estado apenas como um aparelho repressivo.
O Estado, na teoria marxista, não é uma entidade imparcial que tem a obrigação de zelar pelo bem comum. O Estado é classista, é resultado da necessidade de, em sociedades divididas em classes, dar formas organizacionais, jurídicas e políticas, correspondentes a um modo de produção, sendo fundamental para sua reprodução, de acordo com os interesses da classe dominante.
O Estado capitalista, portanto, tem duas grandes funções na análise dos marxistas: a de reproduzir a ordem existente (ou seja, criar as condições necessárias para que ocorra a

[2] Sobre a importância da educação formal para as classes médias, ver SAES, Décio. *Classe média e escola capitalista*. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 21, Campinas: Revan, 2005, p. 97-112. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-saes.pdf>. Sobre a importância da classe média na expansão privada do ensino superior na década de 1970 no Brasil e o posicionamento das demais classes, ver o terceiro capítulo de: BARROS, Cesar Mangolin de. **Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, 2007. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198>.

reprodução do próprio sistema) e a de frustrar a organização e a revolução proletária (cf. POULANTZAS, 1968).
Os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) são, portanto, instrumentos de reprodução das relações sociais de produção, por meio da transmissão da ideologia da classe dominante. Cada aparelho ideológico do Estado absorve e transmite, por sua especificidade, a ideologia da classe dominante. Logo, os AIE não são restritos ao aparelho do Estado e ao setor público, mas abarcam uma gama bastante grande de instituições privadas ou fora do âmbito específico do Estado. Althusser tratará como AIE a família, a religião, as escolas, a política, os sindicatos, a cultura, a televisão, a imprensa etc.
A tese dos AIE suscitou muita polêmica no meio marxista e, ainda que se prefira apenas o conceito de *aparelho ideológico*, ou seja, não pertencente ao Estado, as conclusões de Althusser nos servem para salientar o papel fundamental da ideologia na manutenção da ordem estabelecida.

- A escola como principal aparelho ideológico do Estado capitalista.

Mas o que a educação tem com relação à teoria dos AIE? Para Althusser, assim como a Igreja foi o principal AIE durante a Idade Média e na manutenção da ordem feudal, a escola passa a ser o principal AIE das formações sociais capitalistas.
Vale ler do próprio Althusser como a escola cumpre seu papel de principal AIE nas formações capitalistas:

> Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais "vulnerável", espremida entre o aparelho de estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura) ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação física, filosofia). Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra na "produção": são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair no semi-emprego intelectual, seja para fornecer além dos "intelectuais do trabalhador coletivo", os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda espécie, que em sua maioria são "leigos" convictos).
>
> Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe: papel de explorado (a consciência "profissional", "moral", "cívica", "nacional" e apolítica altamente "desenvolvida"); papel de agente da exploração (saber comandar e dirigir-se aos operários: as "relações humanas"), de agentes de repressão (saber comandar, fazer-se obedecer "sem discussão", ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou de profissionais da ideologia (saber tratar as consciências com o respeito, ou seja, o desprezo, a chantagem, a demagogia que convêm, com as ênfases na moral, na virtude, na "transcendência", na nação, no papel da França no mundo etc.) (ALTHUSSER, 1983, p. 79-80).

Althusser reconhece que outros aparelhos ideológicos também competem para inculcar a ideologia dominante, mas nenhum deles dispõe de tanto tempo e durante tantos anos de audiência da quase totalidade das populações dos países capitalistas.
Com relação aos professores, o autor reconhece que existem alguns "heróis" que tentam combater essa função da escola, mas que a maioria acaba por entregar-se, de bom grado, e com "devotamento" à sua atividade, auxiliando na representação ideológica da escola como algo "natural", indispensável e "benfazeja", assim como a "Igreja era 'natural', indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos" (ALTHUSSER, 1983, p. 81).
Tanto Althusser quanto dois outros autores, ligados à corrente althusseriana do marxismo e citados a seguir, discordarão em pontos-chave com o pensamento de Bourdieu. Para eles, a escola capitalista divide os estudantes não por aptidão, por mérito pessoal, por qualidades etc., mas os distribui pela sociedade de acordo com a necessidade da divisão social do trabalho, ou seja, conduz os estudantes de acordo com as necessidades de trabalhadores manuais, de quadros inferiores, médios e superiores exigidos para a reprodução das relações capitalistas de produção.
A transmissão ideológica, ou seja, o inculcar da ideologia da classe dominante ocorre e é fundamental, mas não é uma exibição ou uma mesma forma dessa ideologia, assim como a escola não seria *única*, mistificação tão cara ao pensamento liberal e que Bourdieu deixou passar sem crítica.

> "A rede SS" (secundário-superior – CMB) "visa formar os intérpretes ativos da ideologia burguesa, enquanto que a rede PP" (primário-profissional – CMB) "não procura mais que submeter brutalmente os futuros proletários à ideologia dominante. (...) As duas formas de inculcação da mesma ideologia tendem a fabricar dois produtos ideológicos distintos: de um lado, o burguês inconsciente de sê-lo (com suas diferentes máscaras: o homem superior, o homem culto, o ser de elite, o homem honesto, o sábio, o humanista, o artista...), de outro, o trabalhador pequeno-burguês" (tradução nossa – CMB) (BAUDELOT; ESTABLET, 1971, p. 168-169).

Existem, como dito, determinados pontos polêmicos nas teses de Althusser, porém deve-se reconhecer, e nenhum dos seus críticos o nega, o papel ideológico da escola. Claro que, no início do século XXI, com a massificação dos meios de comunicação eletrônicos, outros "aparelhos" podem tomar o lugar de aparelho dominante, ou mesmo dividir com a escola este espaço.

Considerações finais

A análise sobre a articulação entre ideologia, política e educação traz elementos diversos e polêmicos que necessitam entrar nos debates, principalmente, daqueles que trabalham e estudam ligados às diversas modalidades da educação formal.
Longe de parecer um simples abandono da escola como um espaço de disputa e de luta das classes, tal debate tem por finalidade sair de determinadas questões que se constituem como premissas falsas da produção teórica sobre a educação, como aquelas que vislumbram apenas o "espaço intramuros" escolar e as questões pedagógico-didáticas. Também serve para o questionamento de certa missão social e "humanizadora" que teria a escola, defendida por um número grande de bem intencionados educadores, mas que se torna uma suposição bastante frágil quando analisada ao longo da história e da política.

Segundo os dois autores rapidamente apresentados, a convicção bastante disseminada de que a educação seria responsável por grandes transformações sociais não passa de mais uma ideologia.
Avançar, portanto, no sentido da crítica à educação formal e agir sobre suas contradições exige resgatar esses elementos teóricos que aqui foram apenas indicados.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. 4. ed. Paris: Maspero, 1967.
_____. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
BALIBAR, Étienne. *Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico*. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. *Ler o capital*. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 153-274.
BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en france*. Paris: François Maspero, 1971.
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
ENGELS, Friedrich. *Carta a Mehring*. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Obras Escogidas*. vol. III. Moscou: Progresso, 1974. p. 522-527.
ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Ensaio, 1991.
ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Lisboa: Editorial Presença, 1975 (2 volumes).
GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (6 volumes).
LÊNIN, V. I. *Que fazer?* In: LÊNIN, V.I. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 79-214.
LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Lisboa: Escorpião, 1974.
MARX, Karl. *O capital*. 3. ed. Vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971 (2 volumes).
SAES, Décio. *A ideologia docente em A Reprodução, de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron*. In: Educação e Linguagem. nº 16, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2007, p. 106-126.